



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

ATA DE JULGAMENTO DE REQUERIMENTO REFERENTE

TOMADA DE PREÇO Nº 30/2014 FMS

Aos 18 dias de setembro de 2014, às 11:00 horas, reuniu-se o Presidente da Comissão e a Comissão, designados pela Portaria número 176 de 31/01/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso e pedidos ao Edital da Tomada de Preço nº 30/2014, cujo **OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO DOMINGOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME PROGRAMA DO MS, COM PROPOSTA Nº 11474080000111001**

Protocolado pela empresa **SUPRIMÓVEIS LTDA EPP – CNPJ: 04563256/0001-68.**

PRELIMINARMENTE

Em síntese, manifesta-se a empresa **SUPRIMÓVEIS LTDA EPP** através de requerimento arguindo:

- 1 - Que a mesma participou do processo de licitação (30/2014 FMS) e sagrou-se vencedora com a proposta de construção da academia no valor R\$ 217.525,00 sendo que o valor máximo previsto no edital era R\$ 278.879,95 e que quando apresentaram a proposta alguns itens não foram acertadamente considerados, e que após sagrar-se vencedora do certame constatou que o valor proposto seria suficiente apenas para construir a estrutura da academia, alega que é a primeira vez que participa de licitação para construção e que sua inexperiência contribuiu para os cálculos equivocados.
- 2 – Menciona que pelas razões expostas a proposta tornou-se inexecutável.
- 3- Cita a impossibilidade de execução do contrato e requer a anulação do contrato com isenção de penalidade ou apenas aplicação de advertência, ou ainda a alteração para que se torne viável financeiramente sua execução.

DECISÃO

Em suma, o requerimento apresentado NÃO merece provimento, pois o poder público não deve ser utilizado para aventuras empresariais, o processo licitatório deve ser respeitado como ato em prol do cidadão e uma vez que o contratado sem justificativa cabível não cumpre com seu dever, deve o mesmo sofrer as consequências punitivas prescritas em lei;

1 – A contratada ao participar da licitação e propor seu valor se obrigou às condições estabelecidas no edital, e não havendo justificativa cabível não há o que se falar em desistência, até mesmo porque houve concordância da licitante com apresentação de declarações solicitadas em edital, assim como apresentação de sua proposta escrita e assinada pelo representante legal, ressalta ainda que o edital com as condições estabelecidas para participação ficou publicado durante 15 dias sendo que neste prazo qualquer interessado – inclusive a contratada- possuía tempo hábil para fazer orçamentos e outros procedimentos para verificar se o valor a ser cotado seria pertinente, consultando inclusive a administração acerca dos projetos.

2 – não há o que se falar em proposta inexecutável, corroborando tem-se no art 48 §1º b Lei 8666/93, o que é proposta inexecutável:

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexecutáveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: [...]

b) valor orçado pela administração.

Não sendo inexecutável não há desclassificação da proposta cotada, ou seja, se o valor proposto pelo licitante fosse R\$ 83.663,98 então sealaria em inexecutabilidade.

3 - A comissão em comum acordo decide indeferir o pedido de anulação da contratada até mesmo porque já houve a assinatura do contrato por parte da contratada se responsabilizando pelo objeto licitado, e também a expedição da ordem de serviço (a qual a contratada se negou a assinar) ENTRETANTO decide **encaminhar a decisão ao departamento de processo administrativo para possível RESCISÃO do contrato baseado no art.78, I e IV , e sugerir a aplicação de SUSPENSÃO da contratada em participar de licitações no município POR NO MÍNIMO 2 ANOS art 87,III, lei 8666/93, respeitando o paragrafo único art. 78 lei 8666/93, ressalta a extrema urgência na resolução do presente processo uma vez que o objeto licitado será financiado com recursos da UNIÃO, havendo prazo para prestações de contas.**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50**

Publique-se;

É a decisão.

Navegantes, 18 de setembro de 2014.

**DOUGLAS LEMOS
Presidente**

Membros:

MARIA BENEDITA CORREA

CARLA CLAUDINO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

ADRIANA CORRÊA

**Em respeito ao artigo 109 §4º Lei 8.666/93
Ratificando:**

**BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO**